

O ato de Lacan¹

Liz Nunes Ramos²

Resumo: O presente texto aborda a ruptura de Jacques Lacan com a Sociedade Francesa de Psicanálise e com a Associação Psicanalítica Internacional, em 1963, como um ato de Lacan no interior do movimento psicanalítico, incidindo quanto aos pressupostos da formação do psicanalista. O ato de Lacan está em concordância com o conceito por ele proposto no seminário *O ato psicanalítico* ([1967-1968] s/d) e aponta suas consequências na prática clínica e na teoria psicanalítica.

Palavras-chave: ato psicanalítico, transferência, formação do psicanalista, história do movimento psicanalítico.

Título em inglês

Abstract:

Keywords:

“A verdade essencial é o desconhecido que me habita e a cada amanhecer me dá um soco”.
Carlos Drummond de Andrade, *O Outro*, 1984.

Na década de 60, na qual foi proferido o seminário *O ato psicanalítico* ([1967/1968]s/d), houve grandes turbulências transferenciais nas instituições psicanalíticas existentes, que marcaram o movimento psicanalítico de forma definitiva, frente às quais Lacan foi chamado a tomar posição.

Em 1961, o Congresso de Edimburgo editou *Recomendações* em que censurava Lacan por sua suposta falta de tecnicidade e sugeria excluí-lo da relação de analistas-didatas da SFP³, da qual era membro – instituição até então não filiada à IPA⁴ –, embora

¹ Trabalho apresentado nas Jornadas Clínicas da APPOA: *Dizer e fazer em análise*, em Porto Alegre, novembro de 2010.

² Psicanalista: Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). E-mail: liz-ramos@uol.com.br

³ *Société Française de Psycanalyse*.

⁴ *International Psychoanalytical Association*.

desde a ruptura com a SPP⁵ seus integrantes pleiteassem a adesão.

Ele não era um técnico da análise didática, não obedecia a padrões exigidos pela IPA, por exemplo, quanto ao número de sessões semanais e sua duração, prescrita em 45 minutos. Houve acusações de sedução de alunos, de excesso de influência junto aos analisantes e à SFP, além de ele não saber analisar a transferência. A partir de 1961 se instalou uma comissão para investigar as práticas de Lacan, estabelecer julgamento e proferir um veredicto. Durante dois anos foram ouvidos depoimentos, inclusive de Lacan e de seus analisantes.

A tentativa da IPA era a de manter um modelo único, ideal e burocratizado de prática e formação. Esqueceram o que Freud ([1920]1981, p. 85) disse: “[...] somente os crentes, que exigem que a ciência seja um substituto para o catecismo que abandonaram culparão um investigador por desenvolver ou transformar suas concepções”.

No seminário *O ato psicanalítico* ([1967-1968] s/d), Lacan rediscutirá essa questão, qual seja o estilo singular do psicanalista ao operar com as incidências do desejo do analista na linguagem. Tal resultado adveio do fim da experiência de trabalho do inconsciente, ou seja, de sua própria análise, e da queda do psicanalista da posição de S.s.S.⁶, como modelo ideal.

Se Lacan aceitasse sua destituição como analista-didata, a SFP seria integrada à IPA e Lacan seria um membro efetivo através da filiação à SFP, mas privado da condição de didata. Lacan não aceita a exclusão e opta pela ruptura

Seus métodos foram considerados inaceitáveis, foi condenado por não se identificar ao “eu forte e autônomo” da psicologia americana. O veredicto negativo condenava, sobretudo,

⁵ *Société Psycanalitique de Paris*.

⁶ Sujeito suposto ao saber.

as ditas “sessões curtas”, que, na verdade, eram de tempo variável; Lacan as interrompia segundo a função de intérprete na relação transferencial. Não sabia analisar a transferência? Lembremos que no seminário *A transferência* [(1960-1961)1992] Lacan trabalha o *Banquete*, de Platão (1991), interpretando pela primeira vez o desejo inconsciente dos personagens. A questão discordante era, então, quanto à concepção de transferência, suas intervenções e destinos na análise, o que virá a ser especificado também no seminário do *Ato* ([1967-1968]s/d), entre outros.

A Diretriz de Estocolmo, documento elaborado durante o Congresso determinando a exclusão de Lacan da lista de analistas-didatas da SFP – aplicada em 13/10/63 – permitia a Lacan continuar ensinando, mas o excluía da lista de analistas-didatas. O paradoxo é evidente: que ensino seria esse, desvinculado da formação, ministrado conforme o manual e não conforme sua experiência, sem transmitir seu estilo? Interessava à psicanálise oferecer um saber sem sujeito? Aí se situa o ponto inegociável, no qual Lacan é chamado a tomar posição. Terá de decidir-se quanto à pertença, entre um dentro e um fora da legitimidade oferecida pelo império fundado por Freud, em 1910. A Diretriz cortou-lhe a palavra plena, a possibilidade de falar a partir de seu lugar na cadeia de significantes psicanalíticos, lugar que terá de reencontrar. Segundo Roudinesco (1994), tratava-se do protesto de Lacan contra a alienação a um discurso que deixara de ser psicanalítico.

Não teria sido essa experiência de alienação e ruptura transferencial que lhe permitiu formular o conceito de ato como corte, que rompe o circuito da repetição que aliena o \$ ao objeto *a*, rearticulando pelo dizer sua relação ao desejo e ao gozo? Será coincidência que ele situe o ato analítico como sendo operado na e pela transferência?

Numa carta a Leclaire, citada por Roudinesco (id., ibid.), Lacan diz que:

“a análise não deve afastar-se, na transferência, da lei interna ao reconhecimento do desejo inconsciente e de pô-lo em jogo no exercício da fala. O analista deve pôr em jogo a primazia de seu ser ao invés da submissão a uma técnica” (p.260).

Seu ser, quer dizer, seu inconsciente, já que para a psicanálise o ser não possui nenhuma consistência, senão que existe na articulação significativa. É com a posição do inconsciente que o psicanalista conta.

Aos argumentos de que com as “sessões curtas” Lacan absorvia um número maior de pacientes, aumentando sua influência, ele contrapunha os perigos a que se expõe o sujeito ao alimentar a onipotência narcísica do eu. Não ceder à demanda seria a única forma de impor limites à onipotência do eu, ao gozo narcísico, o que só se obtém dando pleno poder à fala. No caso, a demanda a ser recusada não era inofensiva, visava à identidade de todos os analistas, baseada na consistência do eu, o que é diferente da unicidade do traço. É o que Lacan suspende, lembrando que o inconsciente escapa à lógica cartesiana, na qual o homem se reconhece como eu, e se organiza pelo traço unário, como pura diferença, não como identidade.

Lacan vira o sujeito cartesiano do avesso. Este se consolida na existência do eu pensante, da relação *Cogito, ergo sum*, no qual ser e pensar coincidem como domínio do pensamento, objetivo e racional, como método (científico) para o alcance da verdade. O sujeito da psicanálise é igualmente dividido, mas não entre pensar e existir, e, sim, pela linguagem, entre consciente e inconsciente, tendo seu centro no último. A fala do analisante comporta um saber insabido, na qual se encontra a verdade de seu sintoma. O detentor dessa verdade é o Outro, nem analista, nem analisante,

lugar de onde se apresenta a questão de sua existência, donde não há um sujeito que seja todo, ancorado em algum lugar da razão. A verdade que condiciona sua existência está fora dele mesmo e nunca é inteira. *Isso sabe, isso fala.*

No seminário de 1964(1985, p.19) Lacan já opusera saber e verdade: “o saber ao qual a verdade vem amarrar-se” e a partir da qual esse saber se institui “dá mostras de uma evidente propensão a desconhecer seu próprio sentido” (id., *ibid.*), implicando que nenhuma espécie de verdade pode ser deslindada sob forma de um saber generalizável e sempre verdadeiro. Esse sujeito detentor da verdade é ilusório e com isso se protege do real, desse registro que abriga o estranho, o desconhecido, que confronta à absoluta impossibilidade de saber que o sexual comporta.

O que Lacan contestava nos moldes tradicionais era a psicanálise organizada a partir dos discursos da ciência e da religião, que tendiam a produzir na formação a ilusão de o psicanalista possuir o saber sobre a verdade. Por isso, apontará o engano de o analista se identificar ao S.s.S., como os que o condenavam.

“Todo saber que depende desta função do objeto *a* seguramente não assegura nada e, justamente por não poder responder por sua totalidade [...] impõe que não haja nada que possa se apresentar como *todo* desse saber [...] que faz com que o saber obtido não possa ser tomado senão pelo que ele é, ou seja, realização significativa relacionada a uma revelação de fantasma” (Lacan, [1967/1968] s/d, p.224).

O que importa, então, é que o ato tenha consequências.

“Há consequência concebível fora de uma sequência significativa? Pelo simples fato de que algo tenha ocorrido, subsiste no inconsciente de uma maneira que se possa reencontrá-lo, com a condição de agarrar um pedaço que permita constituir uma sequência [...]. Acaso tudo o que se articulou na análise, desde o início, não é da ordem de uma articulação biográfica, mas se

refere a algo de articulável em termos significantes.” (id., ibid., p.106).

Parece tão pouco, mas, para tal, é preciso que, sem demandar nada, ele suporte o circuito infernal da repetição à espera de um momento lógico, a cada sessão, no qual a palavra subvertida liberte o analisante de sua condição alienada, dando lugar ao desejo.

Em sua reformulação, é a verdade quem fala, ela advém de um ato de linguagem que se inscreve num corte temporal e, quando emerge a verdade sobre o desejo não há saber, ninguém pode estar seguro de saber do que fala. Aprisionar um sujeito na certeza é tão violento quanto impedi-lo de falar; por isso, o ato está no ponto em que se suspende todo saber possível e se assegura o sujeito, o desejo oculto como motor da subjetivação.

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967* (Lacan, 2003, p.258) diz também que “só temos escolha entre enfrentar a verdade ou ridicularizar nosso saber”. Qual o saber ridicularizado? Qualquer um que precise ser suspenso para que apareça a verdade do desejo inconsciente.

Nos interrogatórios, ficou claro que Lacan não alteraria sua prática e aumentava o número de analisantes, embora jurasse, diante da comissão, e com ironia, que suas sessões eram de tempo “normal”. Tratava-se de uma ironia que declarava sua contestação e denunciava o engodo dessa formação que não formava, apenas treinava, e também revelava certo conflito de Lacan. Ao mesmo tempo em que contestava, tentou e acreditou poder evitar sua exclusão.

Uma prática dita “normal”, regrada conforme os manuais, não seria defensiva quanto ao inevitável confronto do sujeito com a impossível normalização do sexual e do desejo desviando do irreduzível desencontro que afeta o desejante, ao tentar controlar a emergência dessa questão de forma pragmática? Lembremos que a

experiência analítica substitui a procura pelo sujeito, não do complemento sexual, mas da parte perdida dele mesmo. Após o seminário *A lógica do fantasma* ([1966-1967] s/d), o seminário *O ato analítico* [(1967-1968)s/d) tornará a situar o lugar do analista como referido exclusivamente à temporalidade do inconsciente e à estrutura da linguagem, pois ele não auferirá a eficácia de seu ato da submissão a qualquer outra lógica.

Junto com Lacan romperam alguns colegas e a maioria dos jovens da SFP, que o reconheciam como porta voz de um freudismo inovador. Após a ruptura, ele obtém um cargo de conferencista na École Pratique de Hautes Études (Paris) na qual passa a realizar seu seminário, a partir de janeiro de 64.

Na aula de 15/01/1964, que constitui a primeira do seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1985), e no qual retoma os fundamentos de nossa prática, Lacan faz constar sua ruptura com a IPA, abordando-a conforme a passagem do dentro para o fora no movimento pulsional. Ele se pergunta sobre o que o autorizaria a falar nisso publicamente. Incômodo pensar que se sentisse desautorizado a falar. Mas responde: “em nome dos 10 anos de ensino, do qual me demiti e nos quais apostei toda minha produção e esforços de transmissão” (p. 9). Autoriza-se a falar, tenta elaborar.

Embora tenha se demitido e não sido expulso, “excomunhão” é aqui um significante privilegiado, que reúne o luto e a assunção de uma nova posição, faz referência a Spinoza, filósofo judeu, um dos grandes racionalistas do séc. XVII, que foi desaprovado pelas autoridades judaicas de Amsterdã por não renegar suas convicções e afirmar que a Bíblia era uma obra metafórico-alegórica, que não exprimia a verdade sobre Deus. Sob acusação de ateísmo, lhe foi aplicado o *Khérem*, o equivalente no judaísmo à excomunhão.

Spinoza foi excomungado pela comunidade na qual fora educado e em que seu pai fora um patriarca. Talvez tenha sido

para deslocar Freud desse lugar que Lacan o evoca, e para descolar a formação das demandas de filiação que a desvirtuavam. É o que precisa ser ultrapassado em análise para que o analista sustente seu ato.

Com o significante “excomunhão”, Lacan adverte quanto ao fanatismo religioso e à dimensão da crença, relativos à estrutura de igreja que organizava a IPA, e evocando Spinoza, Baruch, Benedictus no latim, bendito, remonta ao bem-dizer, à palavra como instrumento de mutação, fundamento da ética psicanalítica. Ambos tiveram de buscar soluções próprias para garantir um lugar.

Quanto ao psicanalista, há que dizer em ato como se sai com as palavras, quando despido das garantias do seu fantasma, na clínica, na transmissão e no movimento psicanalítico. O que diferencia o ato da pura descarga na ação é o seu correlato significante, e o campo do significante inclui a palavra dita, a não dita e a mal-dita (a palavra não sagrada).

No seminário *O ato analítico* ([1967-1968]s/d, p.144) ele perguntará: “O que salva, a fé ou os atos?”. Ele não deixa de dizer que o ato do analista é uma profissão de fé no S.s.S., mas por ter sido advertido em sua análise de que esta posição cairá é o “em falso” que caracteriza seu lugar na transferência.

No seminário de 1964 (Lacan, 1985, p.14) pergunta também: “o que é uma práxis? É o termo mais amplo para designar uma ação realizada pelo homem, qualquer que seja, que o situe em condições de tratar o real pelo simbólico”. Quais são as condições que o situariam em tal posição, se não o exercício da palavra, da qual não abre mão? Tomar a palavra implica que ela pode ser plena ou não, dizer de um sujeito ou reproduzir um saber estabelecido. Lacan renuncia ao gozo das satisfações imaginárias, que se aufere ao preço da renúncia ao ato. Ele toma a palavra da qual somos herdeiros.

O real diante do qual não recuou foi o do desencontro irreduzível, da lógica do fantasma, vivenciado nesse vácuo institucional. Ressentido, acusou a muitos de traição, mas a nós importa que não tenha traído o próprio desejo. Ato psicanalítico e desejo do analista, dois conceitos não nomeados entre os quatro fundamentais, que perpassam o seminário e resultaram da necessidade de se ressituar na referência a Freud, fora da opressão corporativa, contra a divinização e reinstalando a castração do “pai”, imprescindível à transmissão. Nesse ato ele se desprende dessa figura imaginária, demonstrando a força simbólica da filiação como suporte de todo ato fundador. Com as demarcações acerca das diferenças na concepção do inconsciente, ele recorta o traço mais valioso de sua herança simbólica e funda a leitura lacaniana do inconsciente, como não tendo estatuto ontológico, sem qualquer fundamento acerca da essência, de substância que empreste materialidade ao ser. O sujeito é nada mais do que um significante.

Assim, retoma a complexidade da análise didática, quando referira que “ela não pode servir para outra coisa senão para levar o analisando a esse ponto que designo em minha álgebra como o desejo do analista” (Lacan, [1964]1985, p.17), operador e suporte de todo ato.

Oito meses após a ruptura, em 02/06/1964, é fundada a Escola Francesa de Psicanálise, que logo se tornaria Escola Freudiana de Paris, fazendo ressurgir o freudismo. A Escola era uma instituição frágil, com hierarquia definida e dirigida por um mestre que concedia aos discípulos a igualdade de direitos, mas não renunciava a grandes parcelas de poder. Embora seus estatutos resgatassem o sujeito de desejo como objeto da psicanálise e o trabalho a partir da transferência, havia o problema de que ali o S.s.S. não era suposto, mas encarnado por Lacan, distante do analista que, como semblante de a, produz decifração e redução de gozo. Assim, ao mesmo tempo

em que reiteradamente, ao longo da década, desfez as ilusões de um saber totalizante, também reeditou a prática da mestria, em flagrante conflito com suas convicções, talvez um resto de sua análise inacabada.

A questão se torna, então, em como preservar o trabalho da transferência numa instituição assolada pela massificação?

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967*(2003), Lacan formula o polêmico mecanismo do passe, pretendendo organizar uma nova forma de acesso ao título de analista-didata, que não dependesse de sua nomeação direta, mas de analistas passadores e de um júri de aprovação, que presidiria. Visava regenerar os procedimentos de passagem à condição de psicanalista, fora da ortodoxia vigente e conter o movimento de autorização pela autonomia. Embora o passe seja polêmico como dispositivo, a *Proposição* (idem) é um texto fértil. Introduce a diferença entre *gradus* e hierarquia, essenciais na vida institucional, e retoma os princípios da formação do analista e da transmissão, organizados por uma função terceira, a do testemunho, que dá lugar ao *a posteriori* na formação, subvertendo a antecipação promovida pela prescrição técnica.

O passe, como instituinte, pode ser nada mais do que o testemunho, no campo discursivo, da inscrição da castração do Outro, de uma perda de gozo irreversível, como todo ato inscreve, de formas singulares, em cada análise e no interior de cada instituição. Tomado como dispositivo instituído, pode ter sido a (e não uma) tentativa da época, de encontrar saída unificadora para o não resolvido da mestria, equivocada com o baluarte da “verdadeira” filiação.

De qualquer forma, no seminário de 1967/1968, a passagem à condição de psicanalista é proposta com a mesma temporalidade do *ato psicanalítico*, lida *a posteriori*, como nas formações inconscientes. Para que se torne saber, é preciso que a verdade

inconsciente seja lida e interpretada, passando pelo Outro do discurso. Quando ocorre, já passou, há que reconhecer-se no lugar do autor e responder pela autoria de seu ato, mesmo que sua determinação advenha do Outro. Se tomada de forma ritualizada, a passagem remeterá ao sagrado, o que Lacan menos quis.

Sem o dispositivo, resta a questão: quando o autorizar-se e o instalar-se como analista pode constituir um ato? Talvez quando um analisante tiver levado sua análise tão longe que tenha sido inscrito, no inconsciente, logo, na linguagem, perante os outros, de forma irreversível, que o desejo é sem objeto, e puder reorganizar sua existência e prática clínica a partir disso, testemunhando que opera a partir do desejo do psicanalista, como desejo da pura diferença. O que não implica que a tal ato deva corresponder sua nomeação no interior de uma instituição.

Na *Proposição* ([1967]2003, p.248) surge a famosa frase: “o analista só se autoriza de si mesmo”, ou seja, de sua posição na prova subjetiva, que implica a liquidação da transferência. Sua experiência indicava que não sozinho “com alguns outros”, mas não quaisquer outros. Era preciso que se sustentassem condições de interlocução pela pertença a um laço simbólico.

O que fragmenta os laços institucionais e no interior do movimento psicanalítico? Ensina a história que é a exclusão do sujeito do campo discursivo. Sem a elaboração, teremos as passagens ao ato, as dissoluções, os lutos impossíveis a engendrarem repetições.

A força do ato de Lacan, ao romper com a sociedade que ajudara a fundar, ao fundar sua Escola, e ao articular um conceito novo como o de Ato, acredito, derivou da tomada de posição quanto à herança. Não é sem angústia, nem sem consequências, que alguém se lança numa posição tão incerta e irreversível, mesmo que o faça para preservá-la, no retorno aos significantes fundamentais, dispensando a demanda de reconhecimento pelo

pai. Se a função do testemunho, fundamental, mas não burocratizável, surge na modalidade de passe proposta por Lacan, é porque só assim se torna possível dizer da posição na castração, quando toda idealização cai. É em ato que dizemos do desejo inconsciente, após uma experiência de destituição do que pensávamos ser.

A experiência de destituição narcísica parece-me, permitiu-me retomar os atos destacados por Freud e formular um novo conceito, a partir da castração que se reinscreveu por obra da destituição. A interrupção solidária do seminário, com o movimento de maio de 68, foi uma das formas de representação de si no Outro, mesmo que também criticasse o movimento.

Em maio de 68 ele ainda não era uma celebridade, mas sua doutrina já se opunha a toda forma de comprometimento subjetivo que não considerasse a sujeição ao significante. Nas barricadas, o que Lacan viu ser reivindicado pelos estudantes era o mesmo que ele: a possibilidade de o sujeito subsistir para além da burocracia das instituições tradicionais, dos ideais do saber universitário e científico, da destituição promovida pela indústria e pelo capitalismo, pela crença religiosa. A destituição que promovia era a do eu autônomo, a que não suportou era a da revolução freudiana e com ela de seu próprio lugar.

O narcisismo é condição para a constituição do sujeito, para o reconhecer-se, mas a práxis psicanalítica, capaz de acolher o inconsciente, ampara-se no traço, no indício, nas evidências e sutilezas que o fraturam. Se nosso campo é o da fala e da linguagem, e é pela palavra que se forma o analista, Lacan propõe uma experiência de fratura para reenlaçar ensino e transmissão, dissociados na diretriz que o excluiu. Dissociação sintomática que apagava o inconsciente e por isso não nos interessa perpetuar.

Formar analistas exige que pelo menos um testemunhe em ato, no trato desidealizado com a suposição de saber, que o desejo

reabre a passagem ao Outro, ao sujeito ferido do inconsciente. Se de uma análise vai resultar um analista, se será didática, não sabemos, mas a verdade do destino está ligada ao discurso que constituiu o sujeito. Antes de interrogá-lo, não temos como saber. Por isso, não há ensino sem sujeito. “O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho [...] Os seminários não fundarão nada se não remeterem a essa transferência” ([1971]2003, p.242, integrante da Nota Anexa ao Ato de fundação de 1964). É o que cabe a cada analista articular em sua práxis.

Quando chamado a tomar posição, Lacan fez corte. Mesmo que de forma conflituosa e forçada, ele escolheu, entre a originalidade de um desejo e o apego ao imaginário das origens, no qual sempre temos a ilusão de encontrar garantias. E o fez para que a psicanálise sobrevivesse numa sociedade de massas, na qual todos são igualmente livres, mas a liberdade não garante que se saiba como sustentar o desejo em nome próprio. Com isso, preservou a possibilidade do sonho, do acaso, do gozo parcial que nos humaniza. Renunciou à prática perversa, que tampona os furos com um fetiche, que bem pode ser um texto ou um título.

A propósito das origens, Lacan ([1967]2003, p. 258) disse que “a verdadeira análise original só pode ser a segunda, por constituir a repetição que da primeira faz um ato [...]”. Para encerrar, um voto a partilhar: que as nossas análises, as segundas, as originais, segundo Lacan, ao encadear-se com as anteriores, introduzam o *a posteriori* do tempo lógico, imprescindível para que nosso ato opere. Assim, que nosso trabalho possa preservar a função de endereçamento e se organize a partir da posição que Lacan definiu como sendo a que suporta o ato psicanalítico: “tendo sido psicanalisantes”.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer [1920]. In.: _____. *Obras completas de Freud*. Rio de Janeiro: Ed. Standard, 1981, p. 13-85.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 8: a transferência* [1960-1961]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

LACAN, Jacques. Ato de Fundação [1964-1971]. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 235-247.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

LACAN, Jacques. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003. p. 248-264.

LACAN, Jacques. *A lógica do fantasma – Seminário* [1966-1967]. Publicação não comercial. s/d.

LACAN, Jacques. *O ato psicanalítico – Seminário* [1967-1968]. Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação interna.

PLATÃO. *O banquete*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan; esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Recebido em 16/12/2010

Aceito em 25/01/2011

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes